

PROJETO DE LEI Nº 6272/2005
Poder Executivo

Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 10.593, de 6 de dezembro de 2002; e dá outras providências.

EMENDA Nº

Dá-se ao artigo 21 a seguinte redação:

“Art. 21. A partir da data referida no § 1.º do artigo 16, os Procuradores Federais lotados no Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal serão lotados na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, obedecida a respectiva cidade de lotação”

Ficam suprimidos , os parágrafos 4.º a 6.º, do artigo 16.

JUSTIFICATIVA

A possibilidade de delegação de competência, bem como de fixação de exercício de Procuradores Federais, prevista no Projeto de Lei n.º 6272 já foi objeto de apreciação pelo Advogado-Geral da União na Nota AGU/MS 51/05, na qual se aponta, entre outros, os seguintes problemas:

- colocação dos Procuradores Federais, administrativamente, em

posição inferior aos demais advogados que atuarem na PGFN, pois, enquanto os Procuradores da Fazenda terão representação plena da União em matéria tributária, aqueles a terão limitada somente às contribuições previdenciárias, o que levará, na prática, à manutenção da segregação das atividades de Procuradoria dentro da PGFN;

- a proposta violaria ainda o artigo 131, § 3º da Constituição e o artigo 12 da LC nº 73/93, que limitam as competências da PGFN às questões tributárias/fiscais.

Esta emenda, pois, visa a sanar algumas inconstitucionalidades detectadas no Projeto apresentado no âmbito da representação judicial e extrajudicial, minimizando os prejuízos que decorreriam da aplicação arbitrária dos dispositivos alterados ou suprimidos, bem como amenizar a carência de pessoal vivida pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, que se encontra assoberbada de trabalho, principalmente em decorrência da expansão dos Juizados Especiais Federais, sem o número de Procuradores Federais suficientes para o desempenho de sua missão institucional.

Sala das Sessões, de dezembro de 2.005.

Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN